

Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
ATA DA 94ª REUNIÃO

Data: 29 de setembro de 2016.

Local: SRHU/MMA - Ed. Marie Prendi Cruz, localizado na SEP 505, sala CT-01.

REPRESENTANTES:

1. Ministério da Fazenda: Jefferson Marinho (jefferson.marinho@fazenda.gov.br)
2. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: José Silvério da Silva (jose.silverio@agricultura.gov.br)
3. Ministério do Meio Ambiente: SRHU: Geraldo Sandoval Góes (geraldgoes@mma.gov.br)
4. Ministério do Meio Ambiente – ANA: Marco Antônio Mota Amorim (marco.amorim@ana.gov.br)
5. Ministério de Minas e Energia: Luciano Teixeira da Silva (luciano.teixeira@mme.gov.br)
6. CERH MG/ES: ausente
7. CERH RJ/SP: CERHI – RJ: Lívia Soalheiro (Liviasoalheiro@gmail.com)
8. CERH PB/BA: CERH – BA: Monica Portella Lima (monica.lima@inema.ba.gov.br)
9. Irrigantes – CNA: Evilásio da Silva Fraga (evilasiofraga@uol.com.br)
10. Prestadoras de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – CEDAE: Jaime Teixeira Azulay (azulay@cedae.com.br)
11. Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica – ABRAGE: Mônica Irion Almeida (monica.irion@copel.com)
12. Pescadores e Usuários da Água para Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho (wil.filho@terra.com.br)
13. Indústria – FIESP: Zeila Chittolina Piotto (zeila.piotto@fiesp.org.br)
14. Comitês de Bacias Hidrográficas - CBHs Pardo e Gravatahy: Hélio César Suleiman (bpg@daee.sp.gov.br)
15. Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas - Consórcio PCJ: Paulo Tinel (operacao.agua@sanasa.com.br)
16. Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Jaildo dos Santos Pereira (jaildo@yahoo.com)
17. Organizações Não-Governamentais - FONASC-CBH: Markus Budzynkz (apedemarj@gmail.com)

DEMAIS PRESENTES:

1. Ariane Donatti (arianecd@ssrh.sp.gov.br)
2. Bento de Godoy (bento.semarh@gmail.com)
3. Érica de Freitas (erica.freitas@adasa.df.gov.br)
4. Gustavo Goretti (gustavo.goretti@cna.org.br)
5. João Fernandes da Silva (joaofernandes@aesa.pb.gov.br)
6. Lauren Brandi (lauren.couto@patri.com.br)
7. Leonardo Sampaio Costa (lcosta@masul.ms.gov.br)
8. Maria Aparecida Vargas (vargasma@terra.com.br)
9. Ney Murtha (murtha@ana.gov.br)

10. Rafaela de Freitas (rfreitas@cni.org.br)
11. Roseli Souza (roseli.souza@mma.gov.br)
12. Sergio Leal (sergio.leal@abhaaraguari.org.br)
13. Sílvio Siqueira (srsiqueira@sabesp.com.br)

RELATORIA: Tarcisio Nunes (SRHU/MMA) – tarcisio.nunes@mma.gov.br

ASSUNTOS DISCUTIDOS: no dia 29 de setembro de 2016, a Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (CTCOB), do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), realizou sua 94ª reunião, em Brasília, convocada há 20 dias pela Secretaria Executiva do CNRH, e discutiu: Item 1 - Abertura/Informes: a Sra. Roseli (SRHU/MMA) abriu a reunião, tendo em vista a ausência justificada do ex-presidente da Câmara, Sr. Eduardo Dantas, e que a eleição para novo presidente iria ocorrer na presente reunião. O Sr. Marco (ANA) convidou os membros da câmara a participarem da reunião com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico - OCDE, a ocorrer no dia seguinte, a fim de dialogar com membros do CNRH, no âmbito do estudo sobre instrumentos econômicos de gestão dos recursos hídricos. O Sr. João Fernandes (AESAPB) sugeriu a inversão de pauta do item 3 com o item 2, a fim de aprovar primeiramente a ata da última reunião, o que foi acatado por todos. Item 2 – Aprovação da minuta da Ata da 93ª reunião da CTCOB: após alguns ajustes de redação, a minuta foi aprovada. Item 3 - Eleição para presidente da CTCOB, para o mandato entre 1º agosto de 2016 e 31 de julho de 2018: o relator leu o Art. 28 do Regimento Interno do CNRH, que se refere ao processo de eleição para presidente de câmara técnica. A Sra. Zeila (FIESP) sugeriu o nome do Sr. João Fernandes (AESAPB) como candidato a presidente. A Srta. Livia (CERHI – RJ) se candidatou à vaga de presidente, como representante do CERHI-RJ. O Sr. Geraldo (MMA) reforçou a indicação da candidatura da Srta. Livia (CERHI – RJ). O Sr. João Fernandes (AESAPB) agradeceu a indicação da Sra. Zeila, mas recusou a indicação, reforçando a indicação do nome da Srta. Livia. Não havendo mais candidatos, passou-se à eleição. Por sugestão da Sra. Zeila (FIESP), a eleição foi por aclamação e assim, a Sra. Livia (CERHI – RJ) foi eleita presidente da Câmara. Item 4 – Deliberação CBH Paranaíba nº 61, de 10 de março de 2016, que “Dispõe sobre mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, propõe as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão na bacia hidrográfica do rio Paranaíba e dá outras providências”: a presidente informou que havia representantes do CBH presentes e que essa matéria já havia sido debatida na reunião anterior da Câmara, quando seus membros deram várias sugestões à proposta. No entanto, não havia nota técnica - NT da ANA para subsidiar a discussão da matéria. Portanto, não houve deliberação, mas apenas sugestões ao Comitê. Para esta reunião foi enviada a nota técnica. A presidente da câmara passou a palavra ao presidente do CBH Paranaíba, Sr. Bento de Godoy, para apresentar a proposta de cobrança do Comitê. O presidente expôs os mecanismos estabelecidos e valores sugeridos de cobrança para a área de atuação do Comitê e explanou sobre o processo de debate e busca por consenso entre os setores representados. Argumentou, em resposta à NT da ANA, que apesar de entender que os valores de PPU – Preço Público Unitário serem baixos, estes representavam o consenso possível na bacia e a expectativa de iniciar a aplicação deste instrumento. Em seguida, o Sr. Marco (ANA) apresentou as principais conclusões da NT, quais sejam: a) a implementação da cobrança na bacia representaria um avanço para o Sistema e para o Comitê, no entanto, frustraria as expectativas relacionadas com os principais objetivos da cobrança, tendo em vista os patamares dos PPU propostos e o baixo potencial de arrecadação; b) os coeficientes multiplicadores aos mecanismos de cobrança tornam a fórmula mais complexa, podem não surtir o efeito desejado e ainda, reduzem os potenciais valores a serem arrecadados; c) o potencial de arrecadação com a cobrança pelo uso de recursos hídricos resultantes da Deliberação não permite alcançar valores suficientes para suprir os custos da agência de água estimada pelo plano de recursos hídricos aprovado pelo CBH Paranaíba. O Sr. Jaildo (OTEP) explanou sobre sua preocupação quanto à sustentabilidade da futura entidade delegatária, tendo em vista que a cobrança só está ocorrendo na bacia do rio

Araguari, que o PPU é baixo e que os coeficientes multiplicadores reduzem o potencial arrecadatário. Acrescentou que o modelo de financiamento das delegatárias, a partir dos 7,5% dos recursos arrecadados, são insuficientes para sua manutenção. O Sr. Evilásio (CNA) ressaltou que o modelo e valores de cobrança partem do comitê e isso deveria ser respeitado. Ademais, discorda de que o custeio das entidades delegatárias sejam apenas via os 7,5%. Alegou que o problema é que esse percentual serve de argumento para aumento dos preços da cobrança. Discordou ainda, da indexação dos preços à inflação e argumentou que os valores devem ser corrigidos pelo comitê em função das despesas e dos usos de recursos hídricos na bacia. O Sr. Geraldo (MMA) alertou sobre a dificuldade de execução de tantos e tão complexos coeficientes. Além disso, afirmou que os coeficientes reduzirão muito a arrecadação, pois não são coeficientes multiplicadores, mas sim, redutores. O Sr. Sergio (ABHA) declarou que para a delegatária, quanto maiores os valores, melhor. Além disso, declarou que os valores a serem cobrados na bacia devem ser relativizados, pois no primeiro ano, será maior que na bacia do rio São Francisco e no último ano do escalonamento, só estará menor que o da bacia do rio Doce. Sendo que na bacia do Doce, os valores foram aprovados em um contexto de crescimento econômico de 7%, enquanto que no Paranaíba, o país estava com 3% de recessão. Em relação à sustentabilidade financeira da delegatária isso também é relativo: com relação ao plano da bacia, não é sustentável, mas há negociações com a ANA para que se mantenha uma estrutura mínima. Os valores previstos a serem arrecadados são baixos também em função da base arrecadatária, pois a maior parte dos potenciais recursos viriam dos rios estaduais, principalmente de Goiás, onde atualmente não se cobra. O Sr. Wilson (Lazer e Turismo) afirmou que as negociações na bacia ocorreram durante dois anos, com reuniões quase mensais, onde todos foram ouvidos e se buscou o consenso. Por se tratar de uma bacia de integração, que é um conceito novo, a fragilidade da negociação é ainda maior. Segundo ele, qualquer tentativa de alterar os mecanismos e valores que foram negociados no comitê será lamentável. Recomendou que a Câmara aprove a deliberação como veio do Comitê, no máximo com pequenos ajustes. O Sr. Ney Murtha (ANA) declarou que ANA participou de todo o período de discussão da proposta de cobrança. Segundo ele, a ANA considera que os valores propostos pelo Comitê não atendem a nenhum dos objetivos da Lei 9.433. Porém, a ANA está comprometida com a estratégia gradual, pois as simulações feitas pela Agência demonstraram que mesmo se a cobrança fosse efetivada em toda a bacia, ainda assim, não haveria sustentabilidade para uma agência robusta, conforme previsto no plano da bacia. Declarou ainda, que Goiás foi um grande obstáculo para o avanço da PNRH nesta bacia, por uma série de fatores. Não há perspectiva de que Goiás implemente a cobrança a curto prazo. Ainda assim, a ANA está buscando meios para viabilizar uma estrutura de delegatária mínima na bacia. Por fim, sugeriu a importância em se inovar no instrumento de cobrança a fim de manter o poder de compra da arrecadação. Assim, sugeriu a inclusão de um índice de correção monetária. Alegou ser prerrogativa do CNRH estabelecer os valores, como órgão máximo do Sistema. Segundo o Sr. Marco (ANA), os coeficientes reduzem o potencial de arrecadação e o argumento de que os usuários que realizam boas práticas devam ser premiados é desnecessário, já que a redução do consumo já implicará em redução do valor pago. Os coeficientes representam um duplo benefício e não estimulam as boas práticas, além de serem confusos para serem compreendidos. Ele reafirmou a necessidade de correção frequente dos valores, conforme sugerido pelo Sr. Ney. A presidente sugeriu dividir a discussão em duas: mecanismos e valores. Ela afirmou que o que é competência do comitê, os mecanismos, foram trazidos por eles, e que não seria competência da CTCOB alterá-los. Pode-se apenas fazer sugestões a serem apreciadas pelo plenário do CNRH, com cópia ao Comitê. A Sra. Zeila (FIESP) declarou que tradicionalmente a CTCOB vem acatando os pactos de mecanismos e valores que advém dos comitês. Em nenhuma dessas cobranças, o CNRH definiu o valor. Simplesmente aprovou ou devolveu ao comitê, por julgar inadequado. A presidente respondeu que o Comitê é quem melhor tem condições de definir seus valores, mas que o CNRH deveria avaliar sua pertinência. Houve debate legal entorno da competência do CNRH em deliberar sobre os mecanismos e valores, citando as Lei 9.433/97 e a Lei 9.984/2000. Quanto a esta última, em seu Art. 4º, prevê-se que “A atuação da ANA obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e

será desenvolvida em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, cabendo-lhe: VI - elaborar estudos técnicos para subsidiar a definição, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, dos valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, com base nos mecanismos e quantitativos sugeridos pelos Comitês de Bacia Hidrográfica, na forma do inciso VI do art. 38 da Lei no 9.433, de 1997". O Sr. Bento (CBH Paranaíba) e o Sr. Leonardo (CBH Paranaíba) argumentaram que não consideram viável ou necessária a devolução da proposta ao CBH, pelo contrário, que isso iria atrasar ainda mais o início da cobrança na bacia. Que deveria partir alguma proposta da CTCOB ou da plenária do CNRH, mas não retornar ao Comitê. Na sequência, os debates se concentraram sobre os três aspectos destacados na NT da ANA. Houve relativo consenso quanto à necessidade em aprimorar os coeficientes ou mesmo simplificar a fórmula de cobrança. Não obstante as divergências, houve relativo consenso quanto à fragilidade em instalar e manter a agência de bacia com o potencial recurso a ser arrecadado com os valores de PPU propostos. Assim, em relação aos valores de PPU, houve os que argumentaram em manter a proposta advinda do CBH, que escalona o PPU durante os cinco primeiros anos da cobrança, entendendo que estes representavam a negociação e consenso obtidos no CBH e que seria virtuoso o início da cobrança na bacia. E outros que argumentavam sobre a necessidade em adotar os valores de PPU do 5º ano, de modo a atender, ao menos nos domínios da União, o disposto no Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba. Após longo debate e não havendo consenso, a presidente colocou em votação duas propostas de encaminhamento para a minuta de resolução: I. Sugerir recomendações aos mecanismos, aprovando os valores escalonados, e determinando prazo que o CBH os reavalie. II. Recomendar que a cobrança se inicie com os valores propostos para o quinto ano do escalonamento e recomendar alterações aos mecanismos, contidas na NT. A votação teve o seguinte resultado: sete votos para o encaminhamento I, seis votos para o encaminhamento II e uma abstenção. Após a votação, discutiu-se o prazo para que o CBH retomasse a discussão sobre os valores de cobrança. Houve propostas de dois, três e cinco anos, tendo prevalecido, por unanimidade, o prazo de três anos, contados a partir da publicação da resolução CNRH que aprova a cobrança na bacia. Em seguida, o Sr. Ney (ANA) retomou a discussão da proposta de definição de critérios e procedimentos de correção dos PPU, conforme sugerido pela NT da ANA. Ele argumentou que os valores são defasados pela inflação com o passar dos anos, o que, dentre outros, dificulta a manutenção do custeio da agência de bacia e sua capacidade de investimento. Por outro lado, houve argumentos contrários que expressaram que o instrumento de cobrança não deveria ser percebido apenas como arrecadatório e que deveria ser pensada outras fontes de recurso para custeio das agências. Além disso, argumentou-se sobre a necessidade de a CTCOB discutir os reajustes de PPU e, eventualmente, propor uma resolução que valeria para todos os CBHs. Novamente não houve consenso quanto à proposta e se colocou em votação, tendo o seguinte texto como orientação: "Estabelecer índice de correção permanente dos valores da cobrança". A votação teve o seguinte resultado: sete votos favoráveis, seis votos contrários e nenhuma abstenção. A Sra. Zeila (FIESP) solicitou que registrasse seu voto contrário à proposta e informou que no CRH-SP esse tema já foi discutido e rejeitado. Afirmou que reconhece a necessidade de revisão dos valores, tendo em vista a correção do poder aquisitivo das delegatárias, mas que entende não ser este o caminho mais adequado. O Sr. Silvio (SABESP) também solicitou o registro de seu voto contrário à proposta e que a mesma seja profundamente discutida no âmbito da CTIL. O mesmo foi solicitado pelo Sr. Wilson (Turismo), que declarou ser uma ingerência ao pacto feito no Comitê e que esta questão tem que ser definida em cada CBH, segundo sua realidade. Ao final da análise pela CTCOB, a proposta de minuta de resolução foi elaborada. Foi definida a inclusão, na minuta de resolução, de que caberá à ANA realizar estudos que subsidiem a definição do índice de correção monetária permanente, o qual será apresentado à CTCOB para deliberação. Ademais, sugeriu-se a alteração no coeficiente Kcap classe, de modo a incidir apenas sobre as classes de enquadramento e, por fim, estabeleceu-se como marco de início da contagem do tempo de escalonamento dos valores, a celebração do contrato de gestão entre o CBH Paranaíba, sua Entidade Delegatária e a ANA. Por fim, a Câmara recomendou a aprovação, pelo Plenário do CNRH, da minuta de resolução, após

análise pela CTIL. [Item 5 - Aprimoramento dos Mecanismos de Consulta e de Priorização da Aplicação dos Recursos Oriundos do Setor Elétrico. Apresentação pela Adriana Lustosa, Gerência responsável pela atualização do PNRH – SRHU-MMA.](#): este item não foi discutido, por falta de tempo. [Item 6 – Debate sobre os encaminhamentos do Relatório do GT – ED.](#): este item não foi discutido, por falta de tempo. [Item 7 - Discussão sobre os temas prioritário e informe sobre a reunião de presidentes de câmaras técnicas.](#): este item não foi discutido, por falta de tempo. [Item 8 - Assuntos Gerais / Encerramento](#): o relator informou sobre o local e horário da reunião com a OCDE para tratar sobre o projeto: "Estabelecimento e governança de instrumentos econômicos para a política de recursos hídricos", prevista para o dia seguinte. Não havendo mais assuntos a tratar, a presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Ata aprovada durante a 95ª Reunião da CTCOB, em 27 de março de 2017.

LÍVIA SOALHEIRO
Presidente

TARCISIO NUNES
Relator